

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

AS FUNÇÕES DOS DOCENTES QUE ATUAM NO (AEE): E A IMPORTÂNCIA DE UMA GESTÃO PARTICIPATIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Luciane de Jesus Velasquez

velasquez.lu@hotmail.com

Universidade Católica Dom Bosco UCDB

Bolsista PROSUC/CAPES

[Eixo 2: Educação, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão]

RESUMO: Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado e tem como objetivo apresentar, segundo as legislações, as funções dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Aborda as funções destinadas aos professores, os avanços e as conquistas, além da importância de uma gestão que promova uma ação coletiva e colaborativa no processo de inclusão. A metodologia adotada é uma pesquisa bibliográfica. As análises destacam a importância de uma gestão participativa para auxiliar esses professores na construção de uma educação mais justa, igualitária e transformadora para os alunos do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Professor de AEE, Gestão escolar.

Introdução

Este trabalho examina as funções atribuídas aos professores conforme as normativas e a evolução das leis que dizem respeito aos alunos com necessidades especiais. Além disso, traz o processo de implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), destacando as funções relacionadas à adaptação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, à garantia de acessibilidade e ao uso de equipamentos específicos no atendimento. Essas medidas são fundamentais para promover um processo de ensino-aprendizagem que assegure uma educação inclusiva e de qualidade.

O atendimento Educacional especializado nasceu da inserção do aluno especial dentro da escola no ensino regular e com o AEE, as políticas foram se reformulando para os professores atuarem com o Público Alvo da Educação Especial. “A partir de 2007 a educação

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

especial oferecida pelas escolas públicas brasileiras passou a contar com o Programa de Salas de Recursos Multifuncionais para que pudessem desenvolver seu AEE”. (Rebelo, 2012, p.6).

Em 2008, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva introduziu diversas ações, entre as quais destaca-se a garantia da transversalidade da educação especial ao longo da trajetória escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa política reafirma o direito ao “atendimento educacional especializado” (AEE), assegurando que os serviços e recursos específicos da educação especial sejam integrados em todos os níveis e modalidades de ensino. (Rebelo, 2012).

Em tese, este trabalho destaca a importância das atribuições dos professores na implementação do AEE, enfocando a produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos, a garantia de acessibilidade e o uso de tecnologias assistivas. Essas ações são fundamentais para criar um ambiente de ensino inclusivo que promova a participação plena e a aprendizagem eficaz dos alunos com necessidades especiais.

Entre as funções dos professores do AEE, destaca-se o Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Este planejamento é realizado em colaboração com todos os professores do ensino regular, exigindo uma troca constante de informações e a cooperação das famílias. Além disso, envolve aspectos relacionados à assistência, à saúde e a outros atendimentos necessários para fornecer o suporte adequado ao aluno.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (Brasil, 2009, p.2).

Nesse contexto, destaca-se a importância de uma gestão participativa e colaborativa para que a inclusão realmente aconteça. As ações devem partir da gestão para apoiar os professores, pois a diversidade de funções torna claro que eles não conseguem atingir plenamente os objetivos sozinhos, seja no ensino e aprendizagem, na interação com outros professores, na confecção de materiais pedagógicos ou na eficácia de um Planejamento Educacional Individualizado (PEI). Ser professor do AEE implica em assumir diversas responsabilidades, tornando fundamental uma gestão atuante e colaborativa com os docentes.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Desenvolvimento

Atualmente, nos estudos sobre Educação Especial, podemos afirmar que as funções do docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) são inúmeras. O docente tem a responsabilidade de garantir aos alunos com necessidades especiais a permanência na escola, proporcionando os recursos e materiais pedagógicos necessários. Esse atendimento oferece suporte essencial para que os alunos possam manter-se de forma autônoma, contribuindo significativamente para o seu processo de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, segundo a Resolução de nº 4, de 2009, é imprescindível que o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tenha formação inicial e específica em Educação Especial. “deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Isso realça a necessidade de uma preparação completa e especializada do educador, visando assegurar uma prática educativa eficaz e adaptada às particularidades dos alunos com deficiência ou necessidades especiais.

A educação vem sofrendo transformações significativas ao longo das últimas duas décadas, refletindo as mudanças contínuas no Atendimento Educacional Especializado. De acordo com Tardif e Lessard (2012, p. 23), “[...] a escolarização implica, historicamente, na construção e institucionalização de um novo campo de trabalho, à docência escolar, no qual os métodos de socialização e educação anteriores são reestruturados, eliminados, adaptados ou transformados”. Os autores destacam que essas transformações são influenciadas pela “[...] função específica dos dispositivos de trabalho dos professores na escola”.

Entre as normativas que asseguram o direito à escolarização para todos, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, determina que a proposta pedagógica da escola deve envolver a participação da família e dos estudantes para atender às necessidades dos alunos com deficiência. O objetivo do AEE é fornecer condições adequadas de acesso aos serviços de apoio especializado, conforme as necessidades individuais de cada aluno (Brasil, 2011b).

Pois, conforme a legislação, o aluno com necessidades especiais deve frequentar tanto a escola regular quanto o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este atendimento, oferecido no contraturno, é fundamental para proporcionar o suporte necessário à efetivação da inclusão. A Resolução n. 04/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes para o AEE, em seu art. 1º regulamenta que: “Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE)” (Brasil, 2009, p. 1).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Dentro dessa perspectiva, é fundamental ressaltar o papel do professor no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se expande para atender as necessidades dos alunos no desenvolvimento da sua autonomia. Para que isso aconteça, o docente deve desenvolver o planejamento em conjunto com os professores, abordando um currículo adaptado de acordo com as necessidades e especificidades de cada aluno (Brasil, 2009).

Esse papel envolve complementar o ensino, promovendo a autonomia dos alunos tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, em parceria com a família. De acordo com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p.10), o AEE tem a função de “complementar e/ou suplementar a formação dos alunos visando à sua autonomia e independência na escola e fora dela”. Esse atendimento é essencial para garantir que a educação dos alunos com necessidades especiais seja abrangente e inclusiva, capacitando-os para a vida em todos os seus aspectos. (Brasil, 2008).

O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por realizar as adaptações necessárias para atender aos alunos com necessidades educacionais específicas. Isso inclui identificar as deficiências dos alunos e providenciar os recursos necessários para garantir uma educação de qualidade. De acordo com a Legislação de 2009 (p. 2, art. 10, incisos III e IV), o professor ajusta seu horário de trabalho para coincidir com as aulas regulares dos alunos, adaptando o cronograma de atividades do AEE. Esse cronograma inclui o “atendimento aos alunos, plano do AEE, identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas” (Brasil, 2009, p. 2).

O docente tem o compromisso de reduzir os obstáculos e criar estratégias que ajudem os alunos a superar suas dificuldades. Essa função exige mais do que apenas conhecimento pedagógico; requer também habilidades de comunicação, empatia e a capacidade de adaptar métodos de ensino às necessidades individuais dos alunos. Para desempenhar suas funções de maneira eficaz, é essencial haver uma comunicação constante e colaboração entre todos os educadores. Essa colaboração inclui a troca de informações sobre o progresso dos alunos, o desenvolvimento de estratégias conjuntas para abordar desafios específicos e o apoio mútuo na implementação de práticas inclusivas. Este princípio está prescrito na Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.

esse deve identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ele inclui em suas ações; avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recursos multifuncionais (espaço destinado para realização do AEE) e na interlocução com o professor do ensino comum (Brasil, 2010, p. 34).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

O professor desempenha um papel central no processo de ensino, sendo crucial na transmissão do conhecimento. O trabalho docente é uma atividade complexa que abrange diversas questões práticas no contexto educacional. Além de facilitar o aprendizado, o professor adapta suas práticas de ensino para atender às necessidades dos alunos. Segundo Marin (2010, p. 37), essa atividade vai além da simples ministração de aulas, envolvendo uma ampla gama de responsabilidades e desafios.

[...] a figura central da atividade de ensinar é a figura do professor. O trabalho docente se configura, portanto, como trabalho executado pelo professor para dar conta do ensino; tal atividade se mostra, desde logo, como trabalho extremamente complexo, ponto de convergência de questões práticas do processo educativo, considero este nas suas mais variadas dimensões de análise (Marin, 2010, p.37).

A complexidade do trabalho docente no AEE também se manifesta nas diversas dimensões do processo educativo. Isso inclui aspectos pedagógicos, como metodologias de ensino e estratégias de avaliação, mas também questões sociais, emocionais e culturais que influenciam o ambiente escolar e o desenvolvimento dos alunos. Portanto, é essencial reconhecer e valorizar a importância do trabalho do professor que possui as seguintes funções:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. e fora dela. (Brasil, 2008, p.10).

O papel do professor no Atendimento Educacional Especializado vai além das atividades desempenhadas nas Salas de Recursos Multifuncionais; envolve sua participação ativa na promoção da autonomia dos alunos com necessidades educacionais especiais. Isso implica não apenas adaptar o currículo e utilizar recursos pedagógicos especializados, mas também criar um ambiente inclusivo onde cada aluno possa se desenvolver plenamente. É fundamental que o professor possua conhecimentos específicos para identificar as necessidades individuais de cada aluno e oferecer suporte educacional personalizado. Isso inclui não apenas desenvolver estratégias de ensino adaptativas, mas também fomentar a independência e a autoconfiança dos estudantes, capacitando-os para uma participação ativa na vida escolar e na sociedade.

4. Estabelecer a articulação entre os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização de serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem para os alunos nas atividades escolares.
5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação (Brasil, 2010).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Esse apoio e articulação no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, contribui para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde todos os estudantes têm oportunidades iguais de aprendizado e crescimento.

Conforme Freire (2008) salienta, é responsabilidade do professor garantir que o aluno tenha a oportunidade de efetivar seus direitos, que englobam não apenas o direito fundamental de aprender, mas também o direito à plena participação na sociedade e o acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, cabe ao educador promover uma prática inclusiva que reconheça e respeite a diversidade de cada aluno, capacitando-os para exercer sua cidadania de forma efetiva e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

[...] no contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes, permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. (Freire, 2008, p.5-20).

Na Resolução de nº 4, de 02 de outubro de 2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, são delineadas as responsabilidades fundamentais atribuídas ao professor do AEE. De acordo com o art. 2º desta resolução, essas atribuições englobam desde a elaboração de currículos adaptados às necessidades específicas de cada aluno até a seleção e implementação de recursos e estratégias pedagógicas que visem assegurar a participação plena e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.

[...]Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (Brasil, 2009, p. 1).

No Art. 10 da legislação brasileira de 2009, são estabelecidas diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este artigo não apenas enfatiza a necessidade de adequação do espaço físico para o AEE, assegurando um ambiente que favoreça o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais dentro do ensino regular, mas também ressalta a importância do planejamento educacional individualizado. Esse planejamento é essencial para atender às particularidades de cada aluno, buscando não apenas seu progresso, mas também seu desenvolvimento social e emocional de forma integral.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola. (Brasil, 2009, p. 2).

O AEE, abrange estratégias pedagógicas e educacionais que proporcionem suporte personalizado aos alunos com deficiência. Isso inclui o uso de metodologias específicas, materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e a colaboração estreita com os professores da sala regular para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

Para desempenhar o papel de professor no Atendimento Educacional Especializado (AEE), é essencial possuir habilidades e conhecimentos especializados em diversas áreas. Isso inclui o domínio de sistemas de ensino adaptados para diferentes tipos de deficiências, como o sistema Braille para alunos com deficiência visual e o soroban para aqueles com deficiência auditiva, conforme determinado pela legislação. Tais competências capacitam o professor a oferecer suporte educacional personalizado aos alunos, promovendo a inclusão e facilitando o acesso equitativo à educação para todos, independentemente de suas necessidades específicas.

[...]sistema Braille, soroban, orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma, comunicação alternativa, desenvolvimento dos processos mentais superiores, programas de enriquecimento curricular, adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, utilização de recursos ópticos e não ópticos tecnologia assistiva e outros. Sendo um aspecto essencial para a melhoria do processo de ensino (Brasil, 2011, p. 16).

Segundo a legislação de 2009, o professor da Sala de Recurso Multifuncional tem o dever de fomentar a autonomia e a inclusão dos alunos, facilitando o acesso a diversas tecnologias que possam ajudar a superar obstáculos. Isso engloba o ensino e a utilização de tecnologias assistivas para aprimorar as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua independência e engajamento ativo no processo educacional. Essas práticas não apenas buscam eliminar barreiras físicas e cognitivas, mas também garantir que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento dentro da escola.

A educação especial exige dos professores uma variedade de formações específicas, devido à complexidade das funções que desempenham diariamente. Segundo a Legislação Brasileira (2011, p. 16), “os professores especializados devem possuir conhecimentos essenciais para atuar em seu campo, como Língua Brasileira de Sinais (Libras) e língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua”. Esses conhecimentos são essenciais para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, possibilitando seu aprendizado e desenvolvimento de acordo com suas particularidades. Além disso, são fundamentais para apoiar os alunos dentro do ambiente escolar, facilitando sua interação com os colegas e promovendo um ambiente inclusivo e acessível a todos.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Pensando no papel do docente, Mazzotta (1982, p. 48) destaca: “O professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e orientar os professores da classe regular indiretamente.” Essa citação ressalta a importância do professor que atua nas Salas de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ele não só oferece suporte direto aos alunos com necessidades especiais, mas também desempenha um papel crucial ao orientar e colaborar com os professores da sala de aula regular.

Neste contexto, Freire (2011) reitera que o professor é apontado como um agente crucial para a mudança educativa. No entanto, a complexidade e a amplitude das responsabilidades que lhe são atribuídas frequentemente geram insegurança e desencanto entre os educadores.

Freire argumenta que a transformação do ambiente educacional depende significativamente do empenho e da capacidade do professor de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades e realidades dos alunos. Esta expectativa, porém, coloca uma enorme pressão sobre os professores, exigindo que eles não apenas dominem o conteúdo curricular, mas também desenvolvam habilidades em gestão de sala de aula, adaptação curricular, uso de tecnologias educacionais e promoção de um ambiente inclusivo e estimulante.

Nesta perspectiva, o professor é em geral, visto como agente responsável pela mudança educativa, o que o leva a manifestar reações contraditórias diante das exigências que estão além da sua formação. A ampliação de suas funções docentes, no contexto da reforma educativa, tem contribuído para um sentimento de insegurança, desencanto. (Freire, 2011, p.48-49).

José Freire (2011, p. 48-49) salienta que o “professor deverá assumir e prestar contas de suas tarefas didáticas à escola, aos pais e à sociedade e ainda, participar da gestão escolar junto à comunidade”. O papel do professor não se restringe à mera execução das tarefas didáticas, abrangendo também a responsabilidade de prestar contas de suas atividades à escola, aos pais e à sociedade. Por isso, a gestão desempenha um papel essencial no desenvolvimento do aluno, sendo fundamental para estabelecer um ambiente escolar eficiente e inclusivo, para os alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE).

Com essa diversidade de funções, é importante o apoio e a colaboração da gestão escolar. A participação ativa da gestão escolar, portanto, é crucial nesse contexto. A Proposta de Atendimento Educacional Especializado (2010) destaca a importância da gestão escolar na

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

condução de um processo eficaz de inclusão, delineando suas responsabilidades específicas nesse sentido. São elas:

Solicitação e implementação do AEE e das salas multifuncionais na escola; Identificação das necessidades educacionais especiais do alunado da escola; Análise da situação da comunidade escolar, para atender às necessidades do alunado da escola; Orientação às famílias, de forma a envolvê-las no processo de escolarização do aluno com necessidades especiais; Oferecimento dos materiais e recursos adaptados necessários, Quando necessário, encaminhamento de alunos para avaliação de outros profissionais; Oferecimento de suporte teórico e prático ao professor de classe comum que atende alunos com deficiência; Modificações no espaço físico da escola, tornando-a acessível a todos; Acompanhamento do desenvolvimento dos alunos; Criação de espaço para estudo, análise e discussão de casos na escola; Garantia da participação de todos os alunos nas atividades da escola (Poker, 2010, s/p).

A diversidade de funções torna o trabalho mais complexo, tornando essencial a interação entre a equipe. A gestão deve revisar as formas de interação e reestruturar sua organização em consonância com o projeto político-pedagógico. Além disso, é fundamental transformar suas intenções e escolhas curriculares para oferecer um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social (Glat & Blanco, 2007).

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social (Glat & Blanco, 2007, p.16).

Burak e Flack (2011) associam a gestão escolar a ações coletivas e democráticas, com a distribuição de responsabilidades individuais. Essas ações precisam estar integradas a um projeto abrangente que reúne todos os membros da equipe escolar em torno de objetivos, metas, decisões e compromissos compartilhados.

Para que haja essa troca entre professores e Gestão deve estar preparada para assumir a responsabilidade de construir o processo de inclusão, e em meio a uma diversidade de Legislações esta o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica que surgiu da necessidade da contemplação dos direitos à Educação.

surgiu da necessidade de se construir um processo de formação de gestores escolares, que contemple a concepção do direito à educação escolar em seu caráter

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

público de educação e a busca de sua qualidade social, baseada nos princípios da gestão democrática, olhando a escola na perspectiva da inclusão social e da emancipação humana (MEC, 2009).

Neste sentido, Luck (2016) afirma que a atuação de um diretor escolar é diretamente influenciada pela sua visão sobre educação, gestão escolar e seu papel como líder. Essa visão se forma a partir de conhecimentos legais e conceituais que norteiam seu trabalho.

Deve haver interação entre professores e gestores para melhorar a qualidade do ambiente escolar e do ensino, promovendo um processo aprendizagem mais eficaz e de qualidade.

[...]Os professores e os gestores trabalham juntos para melhorarem a qualidade do ambiente do ambiente, criando as condições necessárias para o ensino aprendizagem mais eficaz, e identificando e modificando os aspectos do processo do trabalho, considerados adversários da qualidade do desempenho. As escolas onde há integração entre os professores tendem a ser mais eficazes do que aquelas onde os professores se mantêm profissionalmente isolados (Litte, 1997, apud, Luck, 2012, p.26).

A participação coletiva é fundamental para alcançar objetivos educacionais amplos. Isso depende da canalização e do uso adequado das relações interpessoais dentro dos sistemas de ensino e escolas, com objetivos educacionais concebidos e assumidos pelos membros, promovendo um esforço coletivo para sua realização. (Luck, 2011).

A gestão educacional requer a participação da sociedade através de instituições formais. Esta participação nos órgãos institucionais é essencial para fomentar a gestão democrática, ao mesmo tempo em que prepara os indivíduos para assumirem responsabilidades e tomarem decisões importantes, contribuindo assim para sua participação cívica na sociedade. (Beraldo e Pelozo (2007) e Blasi e Falcão (2008).

O gestor não só administra a escola, mas também lidera a implementação de práticas inclusivas que envolvem toda a comunidade escolar. É crucial que ele promova o engajamento e a participação ativa de todos os membros da instituição - professores, funcionários, pais e alunos. Para alcançar verdadeira inclusão, o gestor deve junto com o professor do AEE, criar um ambiente que promova o aprendizado e o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais. Isso requer não apenas adaptações físicas e estruturais na escola, mas também a implementação de políticas e práticas educacionais que assegurem igualdade de oportunidades.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Considerações Finais

Este estudo apresentou as diversas funções atribuídas aos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os avanços na legislação têm contribuído para o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, tanto no ensino regular quanto no AEE. Essas legislações são descritas e, para que sejam cumpridas dentro da unidade escolar, é necessária uma ação conjunta entre a gestão, coordenação, professores e todos os profissionais que trabalham na escola. Mesmo que esteja explicitado na lei, os professores podem se sentir sobrecarregados devido à diversidade de funções que desempenham.

O trabalho destaca a importância de uma gestão que não apenas administra, mas também lidera a implementação de práticas inclusivas, promovendo o engajamento de professores, funcionários, pais e alunos. Para alcançar a verdadeira inclusão, é necessário criar um ambiente que promova o aprendizado e o desenvolvimento de todos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, por meio de adaptações físicas e políticas educacionais que assegurem igualdade de oportunidades.

A inclusão depende de um esforço coletivo, pois somente assim teremos uma educação de qualidade para todos. Cada profissional deve se sentir responsável pelos alunos dentro da escola, com cada um fazendo sua parte.

Referências

BERALDO, F.; PELOZO, R. de C. B. A gestão participativa na escola pública: tendências e perspectivas. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, Garça, v. 5, n. 10, jul. 2007.

BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. pp. 15-35. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.

BLASI, J. de; FALCÃO, S. Gestão participativa na escola. **Revista Sinergia**, São Paulo, v. 9, n. 1, 2008.

BRASIL. **Decreto 6.571/2008 de 17 de setembro de 2008, Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011**. Disponível em: [Decreto nº 6571 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 13 de maio de 2023.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [Decreto nº 7611 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 27 out. 2023.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

BRASIL. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [Decreto nº 7611 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: Decreto nº 6949 (planalto.gov.br). Acesso em: 21 de abril de 2024.

BRASIL. MEC. **Portaria normativa nº13, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília, 2007. Disponível em: <index.php (mec.gov.br)>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

BRASIL. **Nota Técnica Nº 09/2010, de 09 de abril de 2010.** Ministério da Educação. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado.. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010a. Disponível em: Nota Técnica Nº 9 Centro de AEE.doc (mec.gov.br). Acesso em 12 de jan. de 2024.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.** Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Disponível em: [politica.pdf \(mec.gov.br\)](http://politica.pdf (mec.gov.br)). Acesso em: 13 de jul. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009.** Ministério da Educação. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: [Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 \(mec.gov.br\)](http://Resolucao CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009 (mec.gov.br)). Acesso em: 13 de jul. De 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009.** Ministério da Educação. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 (mec.gov.br). Acesso em: 13 de jul. De 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Disponível em: [Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 \(mec.gov.br\)](http://Resolucao CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009 (mec.gov.br)). Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Ministério da educação conselho nacional de educação câmara de educação básica. Disponível em: Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 (mec.gov.br). Acesso em 13 de jan. de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Ministério da educação conselho nacional de educação câmara de educação básica. Disponível em: Resoluções CEB 2010 - Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 13 de jan. de 2024.

BRASIL. **Saiba mais sobre o Programa Nacional Escola de Gestores.** Apresentação. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/mdl01/mod/resource/view.php?id=12794>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2009.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

BURAK, D. M. A.; FLACK, S. de F. Concepções de gestão escolar NACIONAL DO HISTEDBR, 10., 2011, Ponta Grossa. **Anais... Ponta Grossa**: UEPG, 2011. presentes no trabalho do diretor nas escolas municipais em Ponta Grossa-PR. In: JORNADA

FREIRE, J. C. da S. **Formação e Profissionalização Docente: Sentidos e Perspectivas de Análise**. In: SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de.; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. (Org.). Professores e Professoras: Formação: Poíesis e Práxis. Goi-ânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista de Educação, p. 5-20, 2008. Disponível em:<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5299>. Acesso em: 23 set. 2023.

GOMES, A. M. *et al* Escola de Gestores: política de formação em gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 263-284, maio/ago. 2009.

LUCK. H. **A Gestão Participativa na escola**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

LUCK. H. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2012.

MARIN. A. J. **Precarização do trabalho docente**. In: OLIVEIRA, Dalila Andra-de; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. Dicionário: trabalho docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982. (Série Cadernos de Educação).

POKER, R. B. **Educação inclusiva e atendimento educacional especializado: ações em diferentes âmbitos**. Marília: UNESP, 2010.

RAMOS, V.M. M. **Estratégias de ensino favoráveis ao desenvolvimento do aluno com síndrome de down no Ensino Fundamental I**. [Monografia]. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15571>>. Acesso em: 23 set. 2023.

REBELO, A. S. **Os impactos da política de atendimento educacional especializado: Análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência**. Corumbá 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do sul, UFMS, Corumbá (MS), 2012.

TARDIF, M; LESSARD, C. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.